



## **RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE BAGÉ EM 16.09.2015**

Aos 16 dias do mês de setembro de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Bagé a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004573-26.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Coordenador Nilson Carvalho Dias e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### **1 INFORMAÇÕES GERAIS**

**Data da última correição realizada:** 13.11.2014

**Data de Instalação do PJe:** 16.04.2015

**Jurisdição:** Aceguá, Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pedras Altas, Pinheiro Machado. O Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito encontra-se na área de jurisdição das Varas do Trabalho e abrange especificamente a cidade de Dom Pedrito.

#### **1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 16.09.2015**

Diante da recente publicação do Provimento CGJT nº 02/2015 e das alterações por ele determinadas quanto ao tratamento estatístico dos dados de Varas Trabalhistas e Postos Avançados a elas vinculados, os dados constantes deste relatório apresentam informações administrativas e judiciárias conjuntas da Unidade Judiciária, relativas ao Foro de Bagé e ao Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, durante o período correcionado, oriundas tanto do Sistema PJe quanto do e-Gestão. No referido Provimento, restou determinado que, nas regiões onde houver Posto Avançado instalado, a distribuição será direcionada, exclusivamente, para as Varas do Trabalho, devendo a identificação dos processos ser feita por meio de atributo próprio no Sistema e-Gestão.



## **2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL**

### **2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA**

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
<b>André Vasconcellos Vieira</b>	2ª Vara do Trabalho de Bagé

### **2.2 SERVIDORES**

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Bagé gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

#### **2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária**

<b>Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro</b>				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Nilson Carvalho Dias	Analista Judiciário – Área Administrativa	<b>Coordenador (CJ1)</b>	24.10.2005
2	Laura Beatriz Buroni Viglione	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	26.10.2005
3	Ana Lúcia Saliba	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>24.10.2005</b>
4	Eduardo Rodrigues Barbosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa		<b>23.05.2007</b>
-	Mário de Mello Dias	<b>Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança</b>	-	28.06.2007

<b>Servidores Lotados na Central de Mandados</b>				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Rosa Lúcia Tellechea D Ávila	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>24.10.2005</b>



2	Thais Albuquerque	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>13.05.2009</b>
3	Raphael Paiva Pereira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>06.08.2009</b>
4	Celina Duval de Freitas	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>01.07.2013</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.08.2015)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

## 2.2.3 Afastamento dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	<b>Ana Lúcia Saliba</b>	Curso ou Evento	2	<b>38</b>
		Doença em Pessoa da Família	36	
2	<b>Eduardo Rodrigues Barbosa</b>	Casamento	8	<b>12</b>
		Curso ou Evento	2	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
3	<b>Laura Beatriz Buroni Viglione</b>	Curso ou Evento	5	<b>44</b>
		Doença em Pessoa da Família	27	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12	
4	<b>Mário de Mello Dias</b>	Curso ou Evento	7	<b>7</b>
5	<b>Nilson Carvalho Dias</b>	Curso ou Evento	10	<b>13</b>



		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
--	--	--	---	--

#### Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total (em dias)	
1	<b>Celina Duval de Freitas</b>	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
2	<b>Raphael Paiva Pereira</b>	Curso ou Evento	1	<b>6</b>
		Licença-paternidade	5	
3	<b>Rosa Lúcia Tellechea D Ávila</b>	Curso ou Evento	1	<b>19</b>
		Doença em Pessoa da Família	18	
4	<b>Thais Albuquerque</b>	Curso ou Evento	1	<b>8</b>
		Dispensa do Ponto	5	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.08.2015)

#### 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Conforme consulta ao sistema RH em 21.08.2015, verificou-se que não houve movimentação de servidores na Unidade Judiciária durante o período correcionado, tanto na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro quanto na Central de Mandados.

#### 2.2.5 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.08.2015.

### 2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO

#### Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)	
1	<b>Ana Lúcia Saliba</b>	-	16	50	<b>66</b>
2	<b>Eduardo Rodrigues Barbosa</b>	-	20	14	<b>34</b>
3	<b>Laura Beatriz Buroni Viglione</b>	20	40	116	<b>176</b>
4	<b>Mário de Mello Dias</b>	-	16	107	<b>123</b>
5	<b>Nilson Carvalho Dias*</b>	-	40	154	<b>194</b>



Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	<b>Celina Duval de Freitas</b>	-	5	109	<b>114</b>
2	<b>Raphael Paiva Pereira</b>	20	-	58	<b>78</b>
3	<b>Rosa Lúcia Tellechea D Ávila</b>	-	5	-	<b>5</b>
4	<b>Thais Albuquerque</b>	20	5	204	<b>229</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.08.2015) – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

\* Gestor da Unidade Judiciária.

### **3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO**

#### **3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS**

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
<b>2013</b>	380	R\$ 2.103,36	R\$ 0,00
<b>Média mensal – 2013</b>	31,67	R\$ 175,28	R\$ 0,00
<b>2014</b>	340	R\$ 1.883,64	R\$ 0,00
<b>Média mensal – 2014</b>	28,33	R\$ 156,97	R\$ 0,00
<b>Variação 2013-2014</b>	-10,53%	-10,45%	-
<b>2015 (até julho)</b>	159	R\$ 883,53	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 24.08.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 28,33 certidões negativas por mês em 2014, média 10,53% inferior à verificada no ano anterior. Por sua vez, nos sete primeiros meses de 2015, a média mensal caiu 19,83% em relação à do ano anterior, passando para 22,71.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, as solicitações de certidão negativa são entregues imediatamente ao recebimento da guia GRU original paga, em condições normais, ou em um prazo máximo de 24 horas, se por algum motivo a entrega imediata for inexecutável. Após a elaboração das certidões negativas e a entrega destas à parte, são arquivados apenas os requerimentos e as guias GRU originais, sendo que qualquer documentação necessária para confecção da certidão é conferida e entregue à parte no momento da solicitação da certidão.



## 3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

### 3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
<b>Reclamadas</b>	9.766 – 67,25%	4.755 – 32,75%	14.521
<b>Processos com reclamadas</b>	37.914 (totalmente) – 84,20%	5.984 – 13,29%	45.029
	1.131 (parcialmente) – 2,51%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.08.2015, 15h38min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, para proceder à unificação dos dados cadastrais das reclamadas que já se encontram no banco de dados, mas ainda não possuem o seu cadastro unificado no sistema inFOR, o Coordenador e sua substituta fazem a conferência e a unificação dos dados dessas reclamadas mediante consulta ao CNPJ ou ao CPF no sítio da Receita Federal, bem como no sítio dos Correios para verificação dos endereços e CEPs. No caso de não haver CNPJ cadastrado, faz-se a pesquisa por razão social ou nome fantasia no sítio da Secretaria da Fazenda do RS para tentar localizar o CNPJ da reclamada; caso não se localize o CNPJ, é cadastrado o endereço mais recente para reclamadas com vários cadastros, e no caso de reclamadas com vários CNPJs sem indicação de um endereço específico para a unificação, todos são cadastrados como unificados. O Coordenador informa, ainda, que há controle para unificação dos cadastros quando é determinada a inclusão de mais reclamadas ou sócios no polo passivo de determinada demanda.

Por sua vez, de acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 24.08.2015, 67,25% das reclamadas do Foro de Bagé encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 84,20% dos processos que tramitam no Foro. Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2014, cujo número de reclamadas unificadas era de 9.304, correspondendo a um percentual de 65,50%.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS			
	Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>	2.744 – 65,99%	1.414 – 34,01%	<b>4.158</b>



<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	39.926 (totalmente) – 88,67%	4.883 – 10,84%	<b>45.030</b>
		221 (parcialmente) – 0,49%		
	<b>Reclamada</b>	25.995 (totalmente) – 57,73%	16.149 – 35,86%	<b>45.029</b>
		2.885 (parcialmente) – 6,41%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.08.2015, 15h51min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 65,99% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Bagé encontravam-se unificados, restando 1.414 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados no Foro, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 88,67% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 57,73%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2014, houve ligeira evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 65,01% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 03.11.2014; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 1.411.

### 3.2.3 Órgãos

<b>UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS</b>			
	Unificados	Não unificados	Total
<b>Órgãos</b>	744 – 100,00%	0 – 0,00%	<b>744</b>
<b>Processos com Órgãos</b>	2.616 – 100,00%	0 – 0,00%	<b>2.616</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.08.2015, 15h59min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 24.08.2015, 100% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, também 100% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correcional do ano de 2014, verifica-se que houve a unificação de 14 órgãos no período entre as duas correições – permanecendo, no entanto, o mesmo percentual de cadastros unificados.

### 3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

<b>DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES</b>				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até julho)
<b>Ação Anulatória</b>	2	2	0,00%	0
<b>Ação Cautelar</b>	9	33	266,67%	4
<b>Ação Civil Pública</b>	1	1	0,00%	0



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Ação de Cobrança Contribuição Sindical</b>	10	21	110,00%	0
<b>Ação de Cobrança de Honorários</b>	2	0	-100,00%	0
<b>Ação de Consignação</b>	50	51	2,00%	29
<b>Ação de Cumprimento</b>	9	3	-66,67%	6
<b>Ação de Indenização</b>	39	35	-10,26%	7
<b>Ação Declaratória</b>	1	13	1.200,00%	3
<b>Ação Possessória</b>	0	1	-	0
<b>Carta de Ordem</b>	2	1	-50,00%	1
<b>Carta de Sentença</b>	3	8	166,67%	2
<b>Carta Precatória</b>	105	120	14,29%	28
<b>Embargos de Terceiro</b>	22	15	-31,82%	8
<b>Habeas Data</b>	0	1	-	0
<b>Homologação</b>	0	1	-	0
<b>Inquérito</b>	1	0	-100,00%	0
<b>Mandado do Segurança</b>	3	0	-100,00%	0
<b>Outros</b>	5	2	-60,00%	0
<b>Reclamatória-Ordinário</b>	1.914	1.962	2,51%	558
<b>Reclamatória-Sumaríssimo</b>	191	287	50,26%	42
<b>TEE Outros</b>	2	0	-100,00%	5
<b>TEE Multa DRT</b>	1	1	0,00%	0
<b>TOTAL</b>	<b>2.372</b>	<b>2.558</b>	<b>7,84%</b>	<b>693</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>197,67</b>	<b>213,17</b>	<b>7,84%</b>	<b>99,00</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.08.2015)

No ano de 2014, foram distribuídas 2.558 novas ações no Foro de Bagé, registrando-se uma média mensal de 213,17 distribuições. Esse número foi superior em 186 às ações distribuídas em 2013, constatando-se um aumento de 7,84% na média mensal de distribuições. Em números absolutos, as reclamações trabalhistas do rito sumaríssimo e as reclamações trabalhistas do rito ordinário foram objeto das maiores elevações na comparação com os dados de 2013, registrando-se aumento de 96 e 48 distribuições, respectivamente, em 2014.

A seu turno, nos sete primeiros meses do ano de 2015, foram distribuídas 693 novas ações em processos físicos no Foro de Bagé,





registrando-se uma média mensal de 99 distribuições, número que corresponde a uma queda de 53,56 na média mensal de distribuições. Essa redução é justificada pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Bagé a partir de 16.04.2015, consoante disciplinado pela Portaria Conjunta nº 1.521/2015, de 23 de março de 2015.

### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES DE PROCESSOS FÍSICOS

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
<b>2013</b>	31.737	232	136,80
<b>2014</b>	32.590	228	142,94
<b>Variação 2013-2014</b>	2,69%	-1,72%	4,49%
<b>2015 (até julho)</b>	15.903	130	122,33

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.08.2015)

No ano de 2014, foram protocolizadas 32.590 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 142,94 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se um aumento de 4,49% na média de petições e documentos protocolizados.

Por sua vez, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Bagé; em razão disso, no período de janeiro a julho de 2015, a média diária de protocolo de petições caiu para 122,33 (queda de 14,42%).

### 3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Bagé localiza-se junto à CCDF, no segundo andar do prédio do Foro Trabalhista. Segundo o Coordenador da Unidade, quando do recebimento das guias/lotas de processos para remessa ao arquivo é realizada uma conferência nos lotes, começando pela altura correta (20 cm). Estando o lote com a altura correta, é feita a conferência dos processos com a listagem anexa ao lote, verificando-se o número do processo, o número de volumes, se todos os volumes estão no lote ou em lotes separados (no caso de processos em que o número de volumes ultrapassa os 20 cm), se a listagem traz a observação sobre quais volumes estão no lote, se o lote é de processos com ou sem dívida, se há volumes apensados (e se a lista traz essa informação) e se o processo está



sendo arquivado com documentos (e, em caso positivo, se os documentos estão juntos ao processo, no lote, embalados e identificados corretamente). Estando tudo correto, o lote é identificado com etiqueta contendo número e ano e a Vara de origem do lote.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo encontrava-se muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

### 3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS – PROCESSOS FÍSICOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0062100-79.2002.5.04.0811	18.03.2015	30.03.2015	137 dias
0111400-10.2002.5.04.0811	15.05.2015	27.05.2015	79 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.09.2015)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 02 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

## 4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

### 4.1 DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPC/2008, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Bagé está dividida em quatro setores (formando quatro quadrantes no município de Bagé, separados pela av. General Osório – sul/norte – e pela av. General Neto – leste/oeste, sendo cada setor acrescido de municípios vizinhos que fazem parte da jurisdição de Bagé, conforme especificações abaixo:

**Setor 01 – Servidora Rosa Lucia Tellechea D’Avila:** constituído pelo quadrante 1 de Bagé e pelos municípios de Candiota e Hulha Negra;

**Setor 02 – Servidora Celina Duval de Freitas:** constituído pelo quadrante 2 de Bagé e pelos municípios de Lavras do Sul e Aceguá;



**Setor 03 – Servidora Thais Albuquerque:** constituído pelo quadrante 3 de Bagé e pelos municípios de Pinheiro Machado e Pedras Altas;

**Setor 04 – Servidor Raphael Paiva Pereira:** constituído pelo quadrante 4 de Bagé e pelo município de Dom Pedrito.

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, o Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada três meses.

## 4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados originados de processo físicos é realizada uma vez por semana, sempre às segundas-feiras – exceto aqueles destinados ao plantão, os quais são distribuídos no mesmo dia do recebimento pela CCDF ao Oficial de Justiça de plantão. Por sua vez, os mandados classificados como urgentes são distribuídos juntamente com os normais, às segundas-feiras, mas tem prioridade no seu cumprimento. O Coordenador informa, ainda, que, após o cumprimento, os mandados são devolvidos às Varas no mesmo dia em que são entregues pelo Oficial de Justiça à CCDF.

## 4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
<b>2013</b>	3.782	315,17
<b>2014</b>	3.499	291,58
<b>Variação 2013-2014</b>	-7,48%	-7,48%
<b>2015 (até julho)</b>	1.464	209,14

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.08.2015)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
<b>2013</b>	-	-
<b>2014</b>	-	-
<b>Variação 2013-2014</b>	-	-



<b>2015 (até julho)</b>	78	11,14
-------------------------	----	-------

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.08.2015)

Em 2014, a Central de Mandados de Bagé recebeu 3.499 mandados, de modo que a média mensal alcançou 291,58 mandados recebidos. Verifica-se, assim, que houve redução de 7,48% na média mensal de mandados em 2014 na comparação com o ano anterior – cabendo destacar que não houve distribuição de mandados oriundos de processos eletrônicos nos anos de 2013 e de 2014, tendo em vista que, conforme referido anteriormente, o sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) foi implantado no Foro Trabalhista de Bagé somente a partir de 16.04.2015.

Por fim, tem-se que os dados dos sete primeiros meses indicam uma média mensal de 220,29 mandados recebidos, o que corresponde a uma queda de 24,45% em relação ao ano de 2014.

#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS</b>				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até julho)
<b>Busca e Apreensão</b>	62	100	61,29%	50
<b>Citação</b>	384	389	1,30%	232
<b>Condução de Testemunha</b>	3	5	66,67%	2
<b>Notificação</b>	2.536	2.358	-7,02%	943
<b>Penhora</b>	424	362	-14,62%	97
<b>Outros</b>	384	285	-25,78%	141
<b>Total</b>	<b>3.793</b>	<b>3.499</b>	<b>-7,75%</b>	<b>1.465</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.08.2015)

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)</b>				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até julho)
<b>Intimação</b>	-	-	-	0
<b>Notificação</b>	-	-	-	51
<b>Mandado</b>	-	-	-	4
<b>Ofícios</b>	-	-	-	0



<b>Total</b>	-	-	-	<b>55</b>
--------------	---	---	---	-----------

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.08.2015)

Foram cumpridos 3.499 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2014, número idêntico ao de mandados recebidos das Varas no mesmo lapso (item 3.3.1), o que aponta estabilidade no estoque de mandados. A média de mandados cumpridos mensalmente foi de 291,58 – média 7,75% inferior à de 2013. Em relação aos tipos de diligências recebidas, os mandados de notificação são os mais comuns, seguidos pelos de citação e pelos de penhora.

#### 4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

<b>Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS</b>				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até julho)
<b>Busca e Apreensão</b>	1,39	3,27	135,74%	1,18
<b>Citação</b>	4,68	3,61	-22,72%	2,52
<b>Condução de Testemunha</b>	2,33	10,00	328,57%	6,00
<b>Notificação</b>	2,17	2,42	11,42%	3,24
<b>Penhora</b>	11,05	9,77	-11,61%	7,85
<b>Outros</b>	2,63	1,92	-26,90%	1,74
<b>Prazo médio geral</b>	<b>3,45</b>	<b>3,30</b>	<b>-4,19%</b>	<b>3,22</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.08.2015)

<b>Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)</b>				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até julho)
<b>Intimação</b>	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	-	-	-	19,75
<b>Mandado</b>	-	-	-	15,00
<b>Ofício</b>	-	-	-	-
<b>Média Geral</b>	-	-	-	<b>19,40</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.08.2015)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Bagé caiu 4,19% em 2014, na



comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2014, constata-se que, excetuadas as conduções de testemunhas (cujo número total é ínfimo), as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 9,77 dias), seguidas pelas citações, cuja média foi de 3,61 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nos mandados classificados como outros (1,92 dia).

Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e julho de 2015 apontam uma nova queda do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 3,22 dias, o que corresponde a um recuo de 2,59%. A seu turno, quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, as informações colhidas nos sete primeiros meses de 2015 apontam que o tempo médio para cumprimento dos mandados foi de 19,40 dias.

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até julho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Busca e Apreensão</b>	0	0,00%	7	7,00%	0	0,00%
<b>Citação</b>	53	13,80%	39	10,03%	7	3,02%
<b>Condução de Testemunha</b>	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Notificação</b>	99	3,90%	122	5,17%	56	5,94%
<b>Penhora</b>	133	31,37%	103	28,45%	16	16,49%
<b>Outros</b>	28	7,29%	17	5,96%	6	4,26%
<b>Total Geral</b>	<b>313</b>	<b>8,25%</b>	<b>288</b>	<b>8,23%</b>	<b>85</b>	<b>5,80%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.08.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2013		2014		2015 (até junho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Intimação</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	-	-	-	-	31	60,78%
<b>Mandado</b>	-	-	-	-	1	25,00%
<b>Ofício</b>	-	-	-	-	0	0,00%



<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>32</b>	<b>58,18%</b>
--------------	---	---	---	---	-----------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.08.2015)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, observa-se, **em relação aos processos físicos**, que foram devolvidos 288 mandados após o decurso do prazo legal em 2014, valor correspondente a 8,23% de todos os mandados cumpridos – tendo havido uma relativa estabilidade em relação aos dados de 2013, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 8,25% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandado com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2014 (28,45%), seguidas das citações (10,03%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2015 (janeiro a julho) apontam uma nova queda no percentual de diligências cumpridas após o prazo legal, o qual passa a corresponder a 5,80%.

Quanto aos **mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 32 mandados foram devolvidos com atraso pela Central de Mandados nos sete primeiros meses de 2015, o que equivale a 58,18% de todos os mandados cumpridos.

#### 4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Bagé:

CELINA DUVAL DE FREITAS						
INFOR						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	31	31	23	23	21	21
<b>Citação</b>	48	48	93	93	31	31
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	01	01	01	01
<b>Notificação</b>	239	239	681	681	200	198
<b>Penhora</b>	66	63	103	106	11	10
<b>Outros</b>	56	56	65	65	13	13
<b>Total</b>	<b>440</b>	<b>437</b>	<b>966</b>	<b>969</b>	<b>277</b>	<b>274</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	00	00	26	21
<b>Mandado</b>	00	00	00	00	02	02
<b>Ofício</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>28</b>	<b>23</b>

<b>RAPHAEL PAIVA PEREIRA</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	13	13	25	25	07	07
<b>Citação</b>	130	130	146	146	104	104
<b>Condução de Testemunha</b>	01	01	02	02	00	00
<b>Notificação</b>	897	897	730	730	239	239
<b>Penhora</b>	103	103	85	85	38	38
<b>Outros</b>	133	133	105	105	54	54
<b>Total</b>	<b>1277</b>	<b>1277</b>	<b>1093</b>	<b>1093</b>	<b>442</b>	<b>442</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	00	00	05	03
<b>Mandado</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Ofício</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>05</b>	<b>03</b>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>ROSA LUCIA TELLECHEA D'AVILA</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	13	13	25	25	00	00
<b>Citação</b>	104	105	60	60	35	36
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	01	01	00	00
<b>Notificação</b>	654	656	391	387	179	176
<b>Penhora</b>	114	109	75	83	17	16
<b>Outros</b>	75	76	56	55	28	28
<b>Total</b>	<b>960</b>	<b>959</b>	<b>608</b>	<b>611</b>	<b>259</b>	<b>256</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	00	00	35	21
<b>Mandado</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Ofício</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>35</b>	<b>21</b>

<b>THAIS ALBUQUERQUE</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2013</b>		<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	05	05	27	27	22	22
<b>Citação</b>	82	83	90	90	61	61
<b>Condução de Testemunha</b>	02	02	01	01	01	01
<b>Notificação</b>	659	664	564	560	325	330
<b>Penhora</b>	123	129	90	88	31	33



Total em 2013	Total em 2014		Total em 2015 (até julho)			
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Outros</b>	112	113	60	60	46	46
<b>Total</b>	<b>983</b>	<b>996</b>	<b>832</b>	<b>826</b>	<b>486</b>	<b>493</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	00	00	06	06
<b>Mandado</b>	00	00	00	00	02	02
<b>Ofício</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>08</b>	<b>08</b>

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM**

A unidade encontra-se bem organizada e os servidores presentes mostraram-se receptivos à nova realidade que tem sido atribuída às CCDF's e CM's com a implantação do PJe; no Foro Trabalhista de Bagé mudança ocorreu no primeiro semestre de 2015, precisamente no mês de abril.

No que respeita às atividades afetas a própria Coordenadoria, notou-se o bom desempenho nas unificações cadastrais tanto das informações das demandadas como dos procuradores atuantes no foro. Mesmo que a atividade tenha deixado de ser atribuição das unidades de primeiro grau com a implantação do PJE, o dado é relevante porque demonstra o bom nível de interesse e responsabilidade por parte da equipe que compõe a unidade.

Ainda a respeito da atividade da Central de Mandados de Bagé, deve ser louvado o bom desempenho dos Oficiais de Justiça no cumprimento de suas atribuições. De acordo com os dados levantados junto ao sistema InFOR, o tempo médio para cumprimento de mandados vem diminuindo nos últimos anos e, em contrapartida, reduziu-se o número de mandados devolvidos com atraso. A diferença, nesse sentido, no primeiro semestre de 2015 decorre da adesão de servidores ao movimento grevista.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os presentes que se manifestassem, e não tendo havido interesse, parabenizou a todos os presentes pelo comprometimento e boas condições de trabalho constatadas na unidade.

## **6 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.



#### **ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

#### **7 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve, nos dias 15 e 16.09.2015, nas sedes do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, das 16h às 17h do dia 15, e da 1ª Vara do Trabalho de Bagé, das 10h às 11h do dia 16, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Unidade Judiciária. Em relação à Unidades especificamente, não compareceram interessados em se manifestar.

#### **8 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

#### **9 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Nilson Carvalho Dias e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck  
Corregedora Regional**